

**15º INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO
CONTRATUAL
"CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA".
CNPJ nº. 05.360.142/0001-83**

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, onde comparece, **CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA**, maior, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº. 14.447.843 SSP/SP e do C.P.F./MF nº. 041.552.318-40, residente e domiciliado na Rua Gardênia, 6 – Jd. Das Flores – Osasco/SP – CEP: 06110-240, único sócio componente da sociedade empresaria individual de responsabilidade limitada **EIRELLI**, que explora o ramo de prestação de serviço de representação comercial por conta de terceiros e serviços de construção civil, de gás, construção, montagem e manutenção de tubulação de rede de saneamento, dutos ou gasodutos de gás em aço de carbono e PEAD, incluindo perfuração direcional MND, projeto e detalhamento de AS Built e documentação de garantia de qualidade (Data Boock), instalação e manutenção elétrica, com fornecimento de material e locação de veículos, máquinas e equipamentos para construção civil, sem condutores sob a denominação social de "**CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**", estabelecida na Rua Leon Tolstoi, nº 436 – Jardim Roberto – Osasco/SP CEP: 06170-370, com seu Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob. nº. 35219789273 em sessão de 14 de fevereiro de 2.005, e última alteração contratual reg. sob o nº 332.987/17-6 em sessão de 20 de julho de 2017, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, sob. nº. 05.360.142/0001-83, tem entre si justo e contratado a alteração do seu contrato social sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO TIPO JURÍDICO E DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

O sócio **CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA** resolve transformar o tipo jurídico da empresa de "**sociedade unipessoal limitada**" para "**EIRELI**".

Com a mudança do tipo jurídico a denominação social passa de "**CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**" para "**CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**".

CLÁUSULA TERCEIRA: - PARTICIPAÇÃO EM EMPRESA EIRELI

O empresário **CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA** declara sob as penas da Lei que não participa de nenhuma outra empresa desta modalidade **EIRELI**.

Face do exposto e permanecendo as demais cláusulas inalteradas, o sócio altera e consolida o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

JUCESP
20 09 17

CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Pelo presente instrumento particular de alteração e consolidação de contrato social, onde comparece, **CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA**, maior, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade R.G. nº. 14.447.843 SSP/SP e do C.P.F./MF nº. 041.552.318-40, residente e domiciliado na Rua Gardênia, 6 – Jd. Das Flores – Osasco/SP – CEP: 06110-240 têm entre si justo e contratada a constituição de uma sociedade empresaria individual de responsabilidade limitada **EIRELI**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e nas omissões, pela legislação específica que disciplina essa forma societária.

"CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI" inscrita no CNPJ 05.360.142/0001-83, com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, à Rua Leon Tolstói, nº 436 – Jardim Roberto – CEP: 06170-370 com seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESP sob o nº. 35219789273 em 14/02/2005 e filiais registradas na JUCESP sob o nº. 35905034171 em 17/09/2015 e filial 35905034812 em 08/10/2015 e ultima alteração contratual reg. sob o nº 332.987/17-6 em 20/07/2017, têm entre si justos e contratados o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL E ENDEREÇO DA SEDE:

A sociedade constitui-se sob a denominação social **"CS SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI"** com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo na Rua Leon Tolstói, nº 436 – Jardim Roberto - CEP: 06170-370.

CLÁUSULA SEGUNDA: - DAS FILIAIS:

A sociedade possui filiais com o mesmo objetivo da sede nos seguintes endereços:

- Na Cidade de Osasco, estado de São Paulo, à Rua Henry Ford, nº 54 – Presidente Altino – CEP: 06210-100, inscrita na JUCESP sob NIRE 35905034171 em 17/09/2015 e CNPJ 05.360.142/0005-07;
- Na Cidade de Taboão da Serra, estado de São Paulo, à Rua Yoshiharu Agawa, 81 – Parque Monte Alegre – CEP: 06756-320 inscrita na JUCESP sob NIRE 35905034812 em 08/10/2015 e CNPJ 05.360.142/0006-98;

CLÁUSULA TERCEIRA: - DO OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objetivo a prestação de serviço de representação comercial por conta de terceiros e serviços de construção civil, de gás, construção, montagem e manutenção de tubulação de rede de saneamento, dutos ou gasodutos de gás em aço de carbono e PEAD, incluindo perfuração direcional MND, projeto e detalhamento de AS Built e documentação de garantia de qualidade (Data Boock), instalação e manutenção elétrica, com fornecimento de material e locação de veículos, máquinas e equipamentos para construção civil, sem condutores.

Parágrafo Único: - Os materiais utilizados nos serviços serão entregues pelos fornecedores diretamente nas obras, não havendo circulação de mercadorias nas dependências da empresa.

CLÁUSULA QUARTA: - DO PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração da sociedade é de tempo indeterminado e o início das operações sociais, para todos os efeitos, é 15/10/2002.

CLÁUSULA QUINTA: - DO FORO

O sócio elege, com exclusividade, o foro da Comarca da cidade de Osasco – SP, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA: - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 2.015.000,00 (dois milhões e quinze mil reais), divididos em 1.000 (mil) quotas no valor nominal de R\$ 2.015,00 (dois mil e quinze reais) cada uma, totalmente integralizados pelo sócio neste ato em moeda corrente nacional.

Parágrafo Primeiro: - A responsabilidade do titular é limitada ao valor do capital integralizado.

Parágrafo Segundo: O capital social de R\$ 2.015.000,00 (dois milhões e quinze mil reais) tem as seguintes destinações:

- a) R\$ 2.005.000,00 (dois milhões e cinco mil reais) para giro da matriz;
- b) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para giro da filial de Osasco – SP;
- c) R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para giro da filial de Taboão da Serra – SP.

CLÁUSULA SÉTIMA: - DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas sociais, mas todos respondem solidariamente pela integração do capital social, nos termos do artigo 1.052 da Lei n.º 10.406/2002.

CLAUSULA OITAVA: - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida somente pelo sócio **CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA**, com poderes bastantes para administrar e representar a sociedade judicial e extrajudicialmente.

Parágrafo Primeiro: - Os sócio pode constituir procuradores com poderes específicos para representa-los na sociedade, para administrar e/ou defender a prática de atos necessários à consecução dos objetivos sociais na defesa dos bens e interesses da sociedade.

Parágrafo Segundo: - É vedado ao sócio e aos procuradores o uso da sociedade em negócios alheios aos fins sociais, como: abono, aceite, aval, endosso e outros compromissos em nome da sociedade, em benefício dos sócios, dos procuradores e de terceiros em prejuízo da sociedade.

Parágrafo Terceiro: - O sócio e/ou procurador que não acatar as restrições contidas no parágrafo segundo, ficará individualmente responsável pelo pagamento do compromisso assumido em nome da sociedade, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Parágrafo Quarto: - O sócio que participar ativamente na administração da sociedade fará jus a uma retirada mensal a título de pró labore a ser fixada anualmente pelo consenso unânime dos sócios, cuja importância, de acordo com a legislação do Imposto de Renda, será contabilizada como despesa de administração da sociedade.

CLAUSULA DÉCIMA: - DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO LUCROS E/OU PREJUÍZOS

O exercício social coincide com o ano civil. Em 31 de dezembro será levantado o balanço geral com demonstração do resultado do exercício, cujo resultado líquido apurado será partilhado entre os sócios da seguinte forma:

- a) Havendo lucro o valor líquido será distribuído entre os sócios na proporção de suas quotas.
- b) Havendo prejuízo, o valor líquido será suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.
- c) Conselho Fiscal – A sociedade não tem Conselho Fiscal e não realiza assembleia de sócios. Compete aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade; as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de capital de cada um, de acordo com o artigo 1.010 da Lei 10.406/2002

Parágrafo Primeiro: - Para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais da metade do capital.

Parágrafo Segundo: - Prevalece a decisão sufragada por maioria do número de sócios no caso de empate, e, se este prevalecer, decidirá o juiz.

Parágrafo Terceiro: - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA : - DA ABERTURA DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e fechar filiais, depósitos e escritórios em qualquer parte do país e no exterior, a critério da administração, mediante alteração contratual.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA: - DA CESSÃO DE QUOTAS

Na eventual necessidade de qualquer categoria de sócio precisar retirar-se da sociedade por motivo de falecimento, falência, impedimento ou de livre e espontânea vontade, a sociedade não acarretará a dissolução, a qual continua com suas atividades normais com o sócio remanescente e sucessor, mediante alteração do contrato indicando o evento e registrado no órgão de registro pertinente, em 30 (trinta) dias da data da alteração.

Parágrafo Primeiro: - Em caso de falecimento do sócio, aos herdeiros maiores fica assegurado o direito de substituí-lo se assim o desejarem, ressalvando-se, entretanto, que somente um dos herdeiros aptos poderá ser incluído na sociedade.

Parágrafo Segundo: - Inexistindo herdeiros maiores ou, caso os sucessores não tenham interesse em continuar na sociedade, deverão na forma da lei e dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do óbito, manifestar expressamente o interesse de apurarem seus haveres sociais.

Parágrafo Terceiro: - Para qualquer motivo que seja para a saída da sociedade, seja ele fundador, sucessor ou herdeiro, seus haveres sociais, serão apurados em balanço geral especial com demonstração de resultado, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, e se for do interesse da sociedade ou dos sócios remanescentes, o valor apurado será pago na forma e condições da cláusula décima terceira.

Parágrafo Quarto: - A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requer a averbação.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA: - DA RETIRADA DE SÓCIO(S)

O sócio retirante da sociedade tem o dever de comunicar e oferecer, por escrito, suas quotas e haveres na sociedade, aos sócios remanescentes no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência da data de seu desligamento.

Parágrafo Primeiro: - Em 30 (trinta) dias da data da comunicação. O sócio remanescente tem o dever de responder por escrito ao sócio retirante, se tem ou não interesse na compra de seus haveres na sociedade.

Parágrafo Segundo: - Havendo interesse dos sócio remanescente para a compra das quotas do sócio retirante da sociedade, o valor será apurado e pago na forma e condições fixadas na cláusula decima quarta deste contrato.

Parágrafo Terceiro: - Somente com a recusa dos sócio remanescente por escrito no prazo legal da data da oferta é que as quotas do sócio retirante podem ser oferecidas a pessoas estranhas à sociedade.

Parágrafo Quarto: - O sócio não pode ser substituído no exercício de suas funções, sem o devido consentimento dos demais sócios, expresso em modificação contratual.

Parágrafo Quinto: - Indistintamente e para qualquer dos motivos para a saída de sócio da sociedade, os haveres do sócio retirante serão apurados em balanço geral especial, com a demonstração do resultado do exercício, a ser levantado em 30 (trinta) dias da data da comunicação, cujo valor apurado será somado com o valor comercial se for o caso e pagos pela sociedade ou pelo sócio remanescente, em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 1% (um por cento) ao mês, vencendo a primeira a 90 (noventa) dias da data da comunicação e as demais parcelas, nos mesmos dias dos meses seguintes.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Dissolve-se a sociedade quando ocorrer qualquer um dos eventos:

Parágrafo Primeiro: - Por deliberação do sócio, por maior absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.

Parágrafo Segundo: - Na falta de pluralidade e sócio, não reconstituída no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA: - DOS IMPEDIMENTOS

Os sócios declaram sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda, que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou à propriedade.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA: - REGÊNCIA SUPLETIVA

As divergências que eventualmente ocorrem entre os sócios na interpretação dos termos e dos casos omissos no presente instrumento serão resolvidas sob o amparo legal da Lei 10.406 e outros instrumentos vigentes, que regem a matéria.

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA: - DA PENHORA, ARRESTO OU SEQUESTRO DAS QUOTAS

Nos casos de penhora, arresto ou sequestro de quotas, por iniciativa de terceiro não quotista em razão de dívida de sócio quotista, terá este prazo de 3 (três) dias para substituir a penhora das quotas conscritas. Não o fazendo, entender-se-á que tais quotas teriam sido ofertadas à venda, pelo que os demais sócios poderão exercer sua preferência de aquisição, depositando o equivalente ao valor do patrimônio líquido que elas representam conforme último balanço. Nesta hipótese, a transferência das quotas sociais para o nome do quotista adquirente dar-se-á independentemente da assinatura do transmitente.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA: - DAS OMISSÕES

As decisões administrativas, bem como modificações do contrato social que tenha por objetivo matéria indicada no art. 997 da Lei 10.406/2002, dependem do consentimento de todos os sócios, as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos. Qualquer modificação do contrato social será averbada, cumprindo-se as formalidades previstas neste contrato, sob pena de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: - DO FORO JURÍDICO

Fica eleito o foro desta Comarca para dirimir qualquer ação fundada neste instrumento renunciando-se a qualquer outro por mais especial que seja.

E pôr estarem em perfeito acordo em tudo quanto à neste instrumento de alteração e consolidação contratual foi lavrado, obrigam-se a cumprir e respeitar o presente, assinando-o em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas abaixo indicadas, com a primeira via destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Osasco, 01 de Setembro de 2.017.

Claudio Custodio Barboza

CLAUDIONOR CUSTODIO BARBOZA

Testemunhas:

Benício Bastos

Benício Bastos dos Santos
R.g. 10.473.865-0 SSP/SP

Luciano Alves Graciano
Luciano Alves Graciano
R.g. 28.621.322-9 SSP/SP

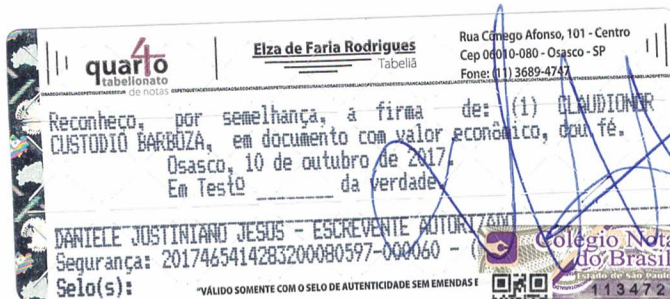


TABELA DE NOTAS-OSASCO
Daniele Justiniano Jesus
ESCREVENTE